

## **Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no município de Cachoeira dos Índios-PB**

Djalma Luiz do Nascimento Dantas

---

### **Resumo**

A escrita deste artigo é resultado do processo de uma ação em Educação Patrimonial desenvolvido na cidade de Cachoeira dos Índios – PB. Para esta tarefa, os alunos, com a orientação do professor de História, saíram do espaço escolar e passaram a buscar escrever e registrar a memória do lugar. Para consolidar esta relação de aprendizagem e construção de identidade local, passaram a apontar e reivindicar patrimônios históricos, inventariando e registrando as memórias das pessoas relacionados a esses bens. Logo nas primeiras expedições de campo os estudos apontaram a possibilidade de existir em Cachoeira dos Índios um sítio arqueológico que poderia legitimar o nome da cidade, o que durante anos foi questionado pelos munícipes, quanto a validade dessa representação, tendo em vista o descrédito da presença indígena na localidade com a descoberta e registro do Sítio Arqueológico Boa Fé.

**Palavras-Chave:** Ensino de História. Povos Tupis. Sítio Arqueológico.

## **Boa Fé: the experience of History Teaching for the discovery of the 1st Tupi Archeological Site in the municipality of Cachoeira dos Índios-PB**

---

### **Abstract**

The writing of this article is the result of the process of an action in Heritage Education developed in the city of Cachoeira dos Índios - PB. For this task, the students, with the guidance of the History teacher, left the school space and started to write and register the memory of the place. To consolidate this learning relationship and the construction

of a local identity, they started to point out and claim historical heritages, inventorying and registering people's memories related to these assets. Soon after the first field expeditions, the studies pointed to the possibility of the existence in Cachoeira dos Índios of an archeological site that could legitimize the name of the town, which for years was questioned by the townspeople as to the validity of this representation, in view of the discrediting of the indigenous presence in the town with the discovery and registration of the Boa Fé Archeological Site.

spacing. Justified. The abstract must not exceed 1000 characters (including spaces).

**Keywords:** History Teaching. Tupi Peoples. Archaeological Site.

---

### Texto integral

---

Ao chegarem às terras além-mar, um dos principais objetivos dos europeus, era angariar riqueza e, após explorar o litoral, iniciaram-se as entradas para o interior, e “descobrir” essas terras. Essa expressão muito comum na historiografia nos leva a crer que não havia indivíduos habitando essas regiões. O que não era a realidade. (SANTOS, MORAIS, ASSIS, 2022, p. 155)

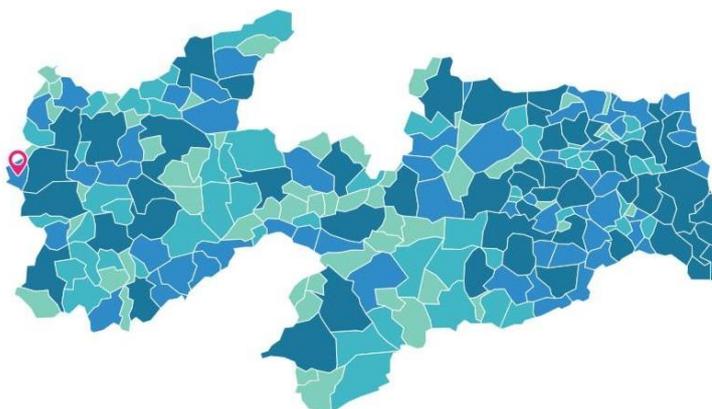
Para iniciar a apresentação deste artigo e a descoberta do sítio arqueológico que o intitula, buscamos nos referenciar nos autores acima quanto à interpretação predominante que no interior dos sertões paraibanos não havia a presença indígena tupi, que por sua vez se limita às regiões litorâneas, conforme relatos dos cronistas europeus. Talvez, à época, a busca por heroísmo do conquistador o fez, intencionalmente, deslegitimar a ocupação das terras dos sertões, que caberia a eles descobrir e ocupar. Por outro lado, condenando ao esquecimento os autóctones, vítimas de um genocídio, que foi se estendendo à medida que os colonizadores avançaram para o interior da Paraíba, como se estes não tivessem ocupado esses espaços antes da chegada dos portugueses. É preciso destacar que a própria historiografia contribuiu para a manutenção deste estereótipo. Segundo Mello (2002):

Os tupis habitavam a zona mais próxima do litoral estavam divididos em potiguaras e tabajaras. Os primeiros, localizados na partenorte do rio Paraíba, curso do rio Mamanguape e serra da Capaoba, foram

rechaçados para o Rio Grande do Norte e reduzidos a aldeamentos Baía da Traição, onde ainda hoje se encontram seus remanescentes. (MELLO, p. 70 -71)

O autor José Octávio de Arruda Mello, apresenta esta informação de forma contundente no Livro História da Paraíba — Lutas e resistência que já tem mais de 13 edições e é referência nos estudos das narrativas históricas do Estado. No entanto, novas descobertas arqueológicas vêm desconstruindo essas narrativas predominantes.

Neste sentido, como há aqui a importância de colocar Cachoeira dos Índios — PB, como espaço de descobertas e estudos para questionar o que anteriormente se vinha descrevendo sobre a História do município e até dos fluxos migratórios e presença tupi no alto sertão paraibano, permita-nos fazer uma breve apresentação do município.



Fonte: IBGE<sup>1</sup>

Como podemos observar pela marcação do mapa do IBGE, Cachoeira dos Índios é a última cidade da Paraíba, tomando como referência e ponto de partida a capital João Pessoa a uma distância de 494 Quilômetros. Assim também, se voltarmos nossos olhares para o processo de ocupação tupi descrito por Mello (2002) os tupis se aqui um dia estiveram, estariam muito distantes do rio Paraíba e do litoral como lugar de ocupação descrito pelo historiador e presente em seus postulados.

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cachoeira-dos-indios/panorama>. Acesso em 03 de maio de 2023.

O município é muito similar em suas características aos demais nordestinos, com população de aproximadamente 10 mil habitantes, tem como principal atividade econômica a agricultura, sendo um município jovem de emancipação política, ocorrida em 26 de dezembro de 1961<sup>2</sup>. Quem ali nasce é chamado de cachoeirense (IBGE, 2012).

Algo bastante curioso é que o município carrega no nome desde sua fundação o peso de não conseguir justificar a sua escolha, motivo inclusive de desconfiança da população, por ser comum ouvir que em Cachoeira não há índigenas e nem cachoeiras, narrativas semelhantes de esquecimento que se construíram da falta de presença e ocupação dos povos tupis no Alto Sertão paraibano.

Em 2009 o senhor Antônio Candido de Sobrinho, que é descendente direto dos fundadores do município, ao retornar à cidade, de onde tem lembranças, para rever amigos e familiares, deixou, além de suas impressões, um importante registro de que o nome da cidade à época não condizia e nem justificava a nomenclatura utilizada ao se mudar o nome do lugar de Catingueira para Cachoeira dos Índios. Segundo ele, o município não possuía nem uma coisa e nem outra — índios e cachoeiras —, inclusive deixando para os munícipes um panfleto que contava suas percepções e conclamava o povo da cidade a lutar por outro nome para a cidade. Vejamos:

---

<sup>2</sup> Fonte: <https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/omunicipio.php>.



Fonte: Arquivo pessoal do professor Jone Candido de Oliveira (2009)

Entendendo que a manifestação à época para ele se configurava como legítima, em seu discurso registrado neste panfleto que se reverberou ao longo dos anos pelos municípios, pouco se estudou ou pesquisou sobre a presença indígena no lugar, defender a ideia de que existiriam povos originários tupis ainda estava distante, devido ao que a historiografia paraibana apresentou durante muito tempo, enfatizando que a literatura deslegitimaria a presença tupi na região.

Este artigo cogita contribuir para a reflexão sobre a questão migratória dos povos originários e as narrativas históricas da ocupação Tupi no interior e da legitimação do nome da última cidade do Estado da Paraíba, buscamos neste texto apresentar a experiência do projeto de ação educacional Akangatu<sup>3</sup> — memória em tupi guarani —, como percurso do ensino de História na educação básica, em escola municipal, quando se passa a pensar em fazer ciência histórica neste espaço de construção de saberes.

As atividades realizadas pelo Akangatu apontaram caminhos para os estudos recentes promovidos pelo professor Dr. Juvandi Santos e Karen Morais (2020) em artigo publicado “Índios tupis no interior da Paraíba” na revista Tarairiú, que apresenta com clareza a real possibilidade de reescrever a história do povoamento Tupi no interior do

<sup>3</sup> Palavra e significado disponível em <https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupi-guarani>.

Estado, tendo para isso um importante papel da arqueologia para revelar vestígios desses povos que comprovem a tese defendida por eles, levando ao desencontro do que ainda se defende em muitos espaços acadêmicos e na própria cidade: da ausência da presença indígena (Tupi) na região. Os estudos sobre a possível presença indígena no município, somadas com as hipóteses dos arqueólogos sobre a presença Tupi no interior paraibano, resultam-na interseção do Akangatu com a arqueologia para descoberta de evidências que possam mudar as narrativas sobre a ausência indígena em Cachoeira dos Índios.

[...] a exemplo do livro “Tinta anos na Paraíba”, de **Leon Clerot (1969)**, que este autor apresentou a existência de urnas funerárias no atual município de Casserengue, inclusive apresentando fotografias de uma urna ou vasilha que em muito se assemelha ao material cerâmico Tupi já identificado em outras regiões do estado da Paraíba e do Brasil. Ainda no interior da Paraíba, em vários outros locais (municípios), já identificamos materiais arqueológicos de prováveis grupos Tupi. Assim, temos: Cuité, Teixeira/Matureia, Bernadino Batista, Borborema, Bananeiras e **possivelmente Cachoeira dos Índios**. (SANTOS, MORAIS, ASSIS, 2021, p. 155, grifo nosso)

Aqui, os autores nos apresentam fortes indícios da presença Tupi em todos os espaços territoriais do que hoje é a Paraíba. Gradativamente vão catalogando sítios arqueológicos, deixando ainda como possibilidade de estudos arqueológicos a cidade que leva em seu nome, os índios, mas que ainda não tinha a confirmação dessa presença no lugar. É preciso destacar que com o processo de interiorização houve também a expulsão ou extermínio indígena, fazendo quase que impossível a presença de aldeamentos indígenas na cidade na contemporaneidade, qualquer registro desses povos só seria possível com a presença da arqueologia.

Ao se referir na citação anterior a Cachoeira dos Índios, os autores promovem uma aproximação entre a possível constatação de um sítio arqueológico, com a própria genealogia da concepção do nome da cidade. Segundo Sousa<sup>4</sup> coube, ao Leon Clerot a

---

<sup>4</sup> Texto da Profa. Maria de Fátima de Sousa, que não dispõe de referências bibliográficas nem de data de publicação, estando disponível no site da prefeitura: <https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em 03 maio 2023.

sugestão de substituir o nome Catingueira para o atual, segundo a autora, o arqueólogo atribuiu esse nome por suspeitar da existência de presença indígena no município no século XVII. No entanto, não apresenta bibliografia que legitime o topônimo indicado pelo arqueólogo, e aceito na época, nem tampouco apresenta a possível participação popular na escolha do nome que o justificasse, como apresentado no panfleto de Antônio Candido Sobrinho de 2009, em que afirma que esta escolha teria partido de um gabinete e que seria preciso mudá-lo, o que acreditamos não ser mais necessário com as recentes descobertas arqueológicas no município, que apresentaremos aqui.

Por sua vez, nos últimos anos, o Laboratório de Paleontologia e Arqueologia da UEPB, coordenado pelo professor Juvandi dos Santos, vem promovendo significativos avanços em pesquisas e estudos arqueológicos, para comprovar o processo da migração dos povos indígenas, em especial os tupis, no sertão e alto sertão paraibano.

A hipótese levantada e apresentado como uma possibilidade da presença Tupi no interior como a se confirmar a cada novo sítio arqueológico catalogado, comprova um amplo fluxo migratório dos povos indígenas, antes e durante o processo de colonização, o que durante anos havia sido refutado. Ao voltamos nossos olhares para Cachoeira, como é carinhosamente chamada por seus munícipes e a presença indígena no seu espaço, temos aqui:

É necessário, antes de expor como se deu o processo de produção do espaço da Paraíba pelos colonizadores, vermos algumas informações acerca destes indígenas que habitavam o interior paraibano e como foi a sua relação com os colonos e até mesmo com a natureza. É devido a esse preconceito com as tribos do interior, possivelmente esse seja um dos motivos que não há quase nenhum registro sobre tribos Tupis nos sertões, afinal eram pouquíssimas tribos e ainda havia essa resistência por parte dos colonizadores. Pouco se sabe da origem dessas nações do interior. Algumas eram provenientes do litoral e se deslocaram para o sertão, pressionadas pelos europeus e outras tribos inimigas, migrando em período bem anterior a colonização. (SANTOS, MORAIS, ASSIS, 2021, p. 156-157)

Na perspectiva de afirmação e comprovação da tese da presença tupi, os estudos arqueológicos avançaram em busca de vestígios, coleta de dados e datações com

inúmeras prospecções arqueológicas no sertão e alto sertão paraibano, foi pavimentado o caminho com indícios de que uma prospecção em Cachoeira dos Índios — PB poderia ser exitosa.

Paralelamente, no município em questão e ainda sem conexão direta com os estudos até aqui apresentados, sob a coordenação do professor Djalma Luiz, estava em desenvolvimento do projeto de ação educacional Akangatu na E.M.E.I.F Maria Cândido de Oliveira, com a participação dos alunos da Educação Básica anos finais, que surgiu da necessidade de aproximar o Ensino de História na escola com os saberes que estão para além do espaço escolar possibilitando o estudo do meio e melhor concepção histórica dos alunos, seja ela global ou do lugar (PACHECO, 2017).

Com o intuito de utilizar a Educação Patrimonial como recurso metodológico para o ensino de História, o Akangatu passou a trabalhar na perspectiva de promover a aprendizagem histórica por meio da vivência dos discentes com os patrimônios culturais do município, suas percepções de sujeitos históricos na construção da identidade, as suas origens ou lugar de morada e vivências histórico sociais. Tal proposta educacional, a princípio, estava voltada a construir relações de aprendizagem e vivências históricas por meio da Educação Patrimonial, assim:

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio 26 ambiente. Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da Educação Patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas, [...] (HORTA, 2009, p. 03)

A experiência educacional envolve a participação de alunos da Escola Maria Cândido de Oliveira e também de alunos egressos que desejosos em participar e

vivenciar a história do município, permanecem juntos às atividades. Ainda não é estudado na escola, oficialmente em seus currículos não há direcionamento nesse sentido. Essa é uma questão que precisamos destacar, já que infelizmente ainda não se estuda a história do lugar, não existe currículo local, e nem tampouco há o registro oficial de bens patrimoniais que contêm as narrativas do município, o que vem de certa forma dificultando a construção de identidade local e de pertencimento, tornando a aprendizagem histórica distante da realidade que vivenciam no espaço escolar.

Portanto, as fontes históricas e os vestígios de um passado que ressignifique as vivências e narrativas históricas estão ainda distantes do dia a dia escolar. A princípio, qual é a justificativa do nome do município? Talvez a resposta para essa pergunta estivesse na memória da sua gente. Então o projeto *Akangatu*, com seus alunos, deixa o chão da escola e busca, em atividades de campo, conectar os saberes da memória e escolares. A história oral passa a ser utilizada como fonte inicial de pesquisa para o desvendar a história do lugar que precisa ser melhor narrada, registrada e estudada nas aulas de História a partir do inventário dos bens patrimoniais.

Cabe a nós entendermos que a memória é resultado de uma construção social ao longo do tempo, segundo Le Goff é na “[...] memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (2013, p. 435). Compreender que sua construção passa por transformações e/ou permanências, para a história do tempo presente, muito pode falar sobre a identidade de um povo.

Pensamos como o autor que a memória por si só não é História, entretanto ela ajuda como um vestígio, presente nas relações sociais no cotidiano. É por essência um vestígio de um passado que contribui para a interpretação da história vivenciada no tempo presente. Entendemos a memória também como uma fonte histórica. Assim como as fontes e vestígios materiais, a exemplo de achados arqueológicos, que em seus registros cerâmicos, pinturas rupestres ou até cemitérios, acabam revelando suas vivências sociais em memórias registradas, lhes atribuindo características singulares de identidade.

No entanto, acreditamos que as memórias também são construídas e vivenciadas, ou seja, é por meio da memória social que o passado é revelado no tempo presente, fruto das relações sociais que não foram condenadas ao esquecimento ao longo do tempo, mesmo que não estejam registradas em livros ou estudadas em espaços institucionais de ensino.

A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro. Temos confiança nesse tipo de memória porque é continuamente testada na vida cotidiana (...) Em princípio, podemos ir olhando a memória social como expressão da experiência coletiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. (FENTRES, WICKHAM, 1992, p 30, 41)

Em busca desta memória presente na comunidade, o *Akangatu*, para possibilitar uma aprendizagem efetiva da História por meio da vivência, coloca a demanda de sair dos espaços escolares e usar o município e sua gente como campo e fonte de pesquisa e saberes. Tendo em vista que ainda há falta de materiais didáticos produzidos e adequados para o ensino da história do lugar na rede municipal de educação. Sendo assim, o projeto se dispõe a ouvir a comunidade e por meio desses relatos encontrar fontes históricas que possibilitem a comprovação epistêmica da história a ser fabricado. A cada saída de campo e a cada retorno à escola para a análise das fontes que poderão ser estudados nas aulas de História.

Como alternativa metodológica, o projeto educacional encontrou no Livro “História oral em sala de aula” de Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2015), um mecanismo teórico para ir ao encontro das fontes, registrando-as pelas entrevistas, sua história oral, como estes relatos aprofundam os estudos em registros escritos e documentais, construir narrativas históricas que contém a história do lugar também no espaço escolar. Buscou-se com a fundamentação proposta pelos autores desenvolver atividades de oficinas e estudos sobre o registro das memórias, por meio do trabalho da história oral temática. “A história oral se consagrou por não ser somente história dos grandes homens, dos heróis, dos líderes, dos grandes políticos — mas, principalmente,

por ser a história das pessoas comuns.” (SANTHIAGO, MAGALHÃES, 2015, p. 25).

Ou seja, ao identificar os patrimônios e ouvir as pessoas, essas e os alunos se tornam protagonistas da construção histórica e identitária do lugar. O que importa para o *Akangatu* são os saberes sociais que permeiam as memórias e dão sentido a história do lugar, que por sua vez é feita cotidianamente por sua gente, disponibilizando-o como saberes escolares.

Ao mobilizar os alunos para as atividades de campo e ouvir a comunidade, a equipe de jovens pesquisadores, coordenada pelo professor Djalma Dantas, passaria a observar, ouvir e aprender com os entrevistados. Para esta tarefa, os discentes foram primeiro desafiados a concluir uma breve formação sobre Patrimônio Histórico e Cultural. Os alunos tiveram contato com a teoria aprendendo sobre patrimônio e como eles são categorizados. Segundo Carlos Lemos (2013) em “materiais, imateriais e naturais” (p, 8-10) compreendendo ao final com clareza quais são possíveis bens históricos e culturais do município a ser reivindicados por eles.

Ao identificar e reivindicar os patrimônios em sala de aula, os discentes passaram a sair em campo, ouvindo as pessoas e registrando em entrevistas gravadas a história oral temática, utilizando roteiro previamente produzido por eles, registrando as ações também por meio de fotografias, diários de bordo e transcrições, para serem, ao final de cada ação analisados como fontes. As atividades de formação foram iniciadas no primeiro semestre de 2022, a partir daí acreditou-se que haveria a aproximação dos alunos às vivências históricas. Como uma das primeiras questões levantadas na elaboração, questionamos: seria possível encontrar uma justificativa para o topônimo do município?

Embora a proposta seja ensinar história por meio das vivências nos espaços de memória, é possível aproximar os alunos com a identidade do lugar? Não se havia ainda provas que colocassem os índios presentes no território, seja pela memória ou por vestígios arqueológicos, que justificassem a identificação do povo com o nome da cidade, sendo isso fator de questionamento dos munícipes e dos discentes em especial. Pensando nessas vivências históricas, as atividades do projeto possibilitaram aos alunos e seus familiares a visita ao sítio arqueológico Lajedo Soledade localizado na:

[...] cidade de Apodi, no sertão potiguar; desponta como a maior descoberta do turismo histórico do nordeste brasileiro. O Lajedo de Soledade é uma impressionante formação de rocha calcária de 127 hectares, cuja origem se deu a 140 milhões de anos, quando os continentes africanos e sul-americano ainda se encontravam unidos. [...] É considerada uma das formações mais antigas do Brasil. Por milhões de anos permaneceu no fundo do mar, e por esse motivo foi possível encontrar animais marinhos fossilizados na região do Lajedo, como ostras, caramujos, estrelas e ouriços-do-mar, de 90 milhões de anos. (ASSIMPTUR, 2008).

Realizado o estudo de campo, os alunos foram levados a vivenciar nas paredes rochosas, cobertas por pinturas rupestres, na passagem pela caverna, os mesmos lugares e sensações que podem ter sentido os povos que no passado habitavam aquele espaço. Na oportunidade, os discentes foram desafiados a desvendar as representações registradas e seus significados, levantando a seguinte questão: seria possível encontrar vestígios pré-históricos ou dos povos indígenas em Cachoeira dos Índios?



Fonte: Arquivo pessoal Djalma Dantas (2022)

Os registros fotográficos acima mostram a experiência exitosa de relacionar a arqueologia, memória ao Ensino de História. Segundo Netto e Kraisch ao fazermos esta relação estamos “(...) produzindo significados que possibilitam às pesquisas arqueológicas construir ou reconstruir a história de um povo ou um fato que é relevante para a humanidade” (2007, p, 04).

Assim, como os autores, acreditamos que a arqueologia pode permitir recuperar, por meio dos vestígios, novos achados, estabelecendo novas memórias de quem tem contato com o que se está analisando, estudando e interpretando. E assim, tornar-se fábrica de novos conhecimentos e relação de pertencimento histórico, que por sua vez em seu trabalho poderia nos ajudar e responder à pergunta anterior.

Ao tempo em que os estudos teóricos e aulas de campo vão dando lugar ao levantamento de inventário preliminar, os alunos, com orientação do professor, saem a campo para vivenciar o levante do patrimônio proposto pelo projeto. Aqui apresentaremos o patrimônio natural reivindicado pelos discentes: o Serrote do Quati, que muito fala sobre a história de Cachoeira dos Índios. Segundo Profa. Maria de Fátima de Sousa, em texto publicado no site oficial da prefeitura, é nas imediações deste lugar que a ocupação do espaço começa a se desenhar no final do século XIX.

O serrote é um dos símbolos da cidade pela sua beleza natural, suas lendas e pelo mirante que oferece a quem gosta de trilha e aventura, uma visão privilegiada do pôr do sol com vista panorâmica da cidade. No entanto, para o projeto, o lugar ganhar mais um sentido é necessário. Logo nas primeiras saídas para registro da história oral, os alunos/pesquisadores tiveram as evidências e possibilidade real de se encontrar vestígios dos povos indígenas lá e passou-se a acreditar na existência de um possível Sítio Arqueológico. Nas primeiras coletas de depoimento da História oral, obteve-se a seguinte informação<sup>5</sup>:

Entrevistado 03: “(...) em 1960, 70, vieram morar em Cachoeira, (...)”

---

<sup>5</sup> Não identificaremos o autor do relato, por essa razão ele será aqui descrito como entrevistado 03.

padres italianos que é o que também fizeram algumas construções aqui, como a igreja, o Centro Pastoral, entre outros prédios como cooperativa, né? E eles costumavam ir pra Serra. Foi a partir desse... dessas idas e vindas da Serra desses italianos (...) Eles encontraram vestígios de coisas de índio, entendeu? Inclusive próximo a Pedra da Moça. Então, é... utensílios domésticos, algumas ferramentas, ele até levou para Itália e uma época que ele veio passear aqui ele mostrou através de uns slides. Não é esse slide que a gente usa o retroprojetor não, era uns slides fica com uma foto que você colocava e ia passando, entendeu? (FONTES: ARQUIVOS DO PROJETO AKANGATU)

A partir dessa informação apresentou-se para o Akangatu a possibilidade de unir a memória com a arqueologia para conseguir informações importantes que levassem a descoberta de um possível sítio arqueológico no município, partindo então às pesquisas em buscas de onde estariam estes materiais e como seria possível identificá-los, para possíveis prospecções e registros. A memória se apresentou como fiadora da História, por meio das bibliografias em textos da arqueologia paraibana, passou a somar o relato contundente do entrevistado 03 aos textos publicados na Revista Tarairiú, em especial o artigo que disserta sobre o fluxo migratório dos povos tupis na Paraíba (SANTOS, MORAIS, ASSIS, 2021). Como resultado desta soma obtivemos a descoberta e registro do 18º Sítio Arqueológico Tupi no interior da Paraíba, o 1º Sítio Arqueológico de Cachoeira dos Índios — PB.

Desde 2022, o Akangatu passou a buscar informações junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN e Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB — LABAP, este último passou a indicar caminhos de pesquisa a partir das informações coletadas pelo projeto. Inicialmente tudo levaria a crer que o achado ocorreria no Serrote do Quati. No entanto, a memória e a história oral iram levar os pesquisadores à descoberta do sítio arqueológico em outra área rural do município, porém em um perímetro territorial aproximado. De posse das informações coletadas, o projeto se une ao laboratório da UEPB para consolidar as prospecções de comprovação da presença indígena. Ao passo que novas informações apontam novos indícios para o achado arqueológico. A esse respeito, apurou-se a notícia que um jovem

agricultor havia encontrado na zona rural peças de rocha que não sabia do que se tratava. Logo, então, ao tomar ciência, o LABP recolheu as peças e o material foi levado para análise, estando hoje de posse da UEPB em Campina Grande — PB.



**Fonte: Juvandi Santos (2022)**

Denominados fusos de cachoeira pelo Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos – Arqueólogo e coordenador do LABAP – esses passaram a ser um vestígio material e forte indicador da presença Tupi no município, faltando ainda a indicação do lugar para a efetiva prospecção e confirmação das hipóteses levantadas.

Portanto, a memória, como forma de expressão de ação pública, assim como os objetos, base de estudo da Arqueologia, ou ainda os documentos escritos, da História, são história quando perdurados de alguma forma na eternidade do suporte físico (ou mental/oral).” (RODRIGUES, 2022, p. 522)

Assim, a soma da memória e a arqueologia poderiam resultar na legitimação do nome e conseqüentemente da História do município, pondo fim aos questionamentos sobre a existência de índios no lugar. De posse das informações, no final de abril deste ano, o projeto Akangatu coordenado pelo professor Djalma Dantas, comandado pelo arqueólogo professor Juvandi Santos, promoveu a primeira prospecção arqueológica no Sítio Boa Fé, lugar indicado pelo agricultor. Em breve, expedição os primeiros vestígios de cerâmica e uma provável base de forno de origem Tupi foram encontrados. Tal descoberta abriu caminho para a confirmação da hipótese da ação migratória e ocupação

dos povos tupis em todo o território paraibano. Estando Cachoeira no extremo oriental e contatasse com a possível presença indígena. Assim, do litoral à última cidade do interior, esses povos habitavam. O material recolhido está em processo de análise laboratorial, podendo legitimar a possibilidade de reescrever a história indígena do Estado, ao tempo em que a descoberta arqueológica muda a relação com que a comunidade e os munícipes se identificam com topônimo do lugar. Os estudos, mesmo em fase preliminar, já comprovam que é ilegítima a falácia na qual Cachoeira dos Índios não teve presença indígena.

Ao promover tal descoberta, a experiência educacional de vivência da História, por meio do ensino e da Educação Patrimonial, vem possibilitando aos estudantes do ensino fundamental do município participarem dos processos de estudo, descoberta e aprendizagem, ao presenciarem de maneira atuante no registro do Sítio Arqueológico Boa Fé, tornando-se sujeitos da história no tempo presente, tendo em vista que a descoberta é marco histórico para estes discentes, para arqueologia, para a história da Paraíba e principalmente para o fortalecimento da identidade histórica do lugar.



**Fonte: Arquivo pessoal Djalma Dantas**

Desta forma, este artigo faz uma breve apresentação do processo de construção de saberes que levou a descoberta arqueológica, ao tempo que analisa como o conhecimento histórico pode ser protagonizado a partir do espaço escolar e estabelecer importantes descobertas, neste caso em especial.

A importância do patrimônio arqueológico na construção da memória de um determinado local se faz necessária pois, através dela, procuramos entender a história local, fazer parte dela, valorizando o passado como instrumento de compreensão do mundo em que se vive. A construção das identidades locais demonstra a importância de sabermos a nossa origem e como a nossa cultura se desenrolou durante o passar dos anos. Desta forma, a história e a arqueologia são colocadas, aqui, como forma de uma dar suporte à outra, na compreensão destas populações pretéritas e na formação dessas identidades locais. (NETTO, KRAISCH, 2007, p. 7)

É importante destacar que os estudos aqui apresentados estão em estágio inicial em todos os espaços, sem desconsiderar a importância das descobertas recentes. Por meio do Ensino de História, do uso memória social e da arqueologia encontramos caminhos prósperos para os primeiros passos de uma caminhada fecunda na edificação de saberes para além do espaço escolar, tendo consciência que os achados iniciais são de relevância histórica para o desvendar de um passado que precisa ser melhor estudado.

---

## Referências

---

### FONTES

Arquivo pessoal de Jone Candido de Oliveira;  
Arquivo pessoal de Juvandi de Sousa Santos;  
Arquivo pessoal de Djalma Luiz do Nascimento Dantas;  
Arquivo do projeto de ação educacional Akangatu desenvolvido na E.M.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira em Cachoeira dos Índios – PB;

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIMPTUR. **Vestígios de cinco mil anos**, site Lajedo de Soledade, 2008. Disponível em: <https://www.lajedodesoledade.org.br/artigos-sobre-lajedo/vest%C3%ADgios-de-cinco-mil-anos>. Acesso em: 09 maio 2023.  
CAVALCANTE, Thamires da Silva, MEDEIRO, Thalles Rennan Maia de, Santos, Juvandi de Souza. **Análise das cerâmicas do Sítio Arqueológico Moconha e a possível presença Tupi no interior da Paraíba**, Revista Tarairiú, Campina Grande - PB, vol.

1 - Número 19, p. 01-29, janeiro / junho 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **O que é a educação patrimonial?** Disponível em: <https://www.academia.edu/11935219>. Acesso em: 09 maio 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 7ª ed. 2013.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 2013.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. A União, João Pessoa - PB, 7ª ed., 2002.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo, KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. **A relação entre História, Memória e Arqueologia: A arte rupestre no município de São João do Cariri**. XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História - ANPUH, São Leopoldo - RS, 2007. Disponível em: <http://www.snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Carlos%20X%20de%20Azevedo%20Netto.pdf>. Acesso em 10 maio de 2023.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio**. Cadernos do CEOM, n. 31. p. 145- 155, 2022.

RODRIGUES, Sofia Helena Cardoso. **Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado**. Epígrafe, São Paulo, vol. 11, nº. 1, p. 510 - 526, 2022.

SANTIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1ª ed. 2015.

SANTOS, Juvandi de Souza, MORAIS, Karen Nadja de Souza, ASSIS, Lucas Ramon Porto de. **Índios Tupis do interior da Paraíba e seus fluxos migratórios**, Revista Tarairiú, Campina Grande - PB, Ano XI, Vol.1, nº 18, p.153-165, janeiro / junho de 2021.

SANTOS, Juvandi de Souza, MORAIS, Karen Nadja de Souza. **Índios Tupis no interior da Paraíba**, Revista Tarairiú, Campina Grande - PB, Ano VIII– Vol.1, nº 16, p. 29- 37, 2020.

---

#### **O autor**

**Djalma Luiz do Nascimento Dantas**

Universidade Regional do Cariri - URCA

Recebido em 05/2023 • Aprovado em 06/2023 • Publicado em 07/2023